

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16512 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA ROTA DOS MERCADORES: INGERÊNCIA DE ATORES POLÍTICOS PRIVADOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE

Janete Palu - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Leonice Maria Wille Catto - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Oto João Petry - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA ROTA DOS MERCADORES: INGERÊNCIA DE ATORES POLÍTICOS PRIVADOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE

RESUMO: O trabalho analisa a crescente influência de novos atores políticos privados na política e gestão educacional de 19 municípios do Extremo-Oeste catarinense, nos anos de 2023 e 2024. Por meio de um estudo exploratório identificamos os focos de atuação desses sujeitos, seu *modus operandi* e o montante de recursos públicos destinados à aquisição de produtos/serviços educacionais. Constatamos a ingerência privada em 94,7% das Secretarias Municipais de Educação (SMEs) analisadas, nas quais evidenciamos a contratação de Sistemas Privados de Ensino (SPEs), consultorias, assessorias e formações pedagógicas, anunciados pelos atores políticos privados como sinônimos de qualidade da educação básica pública. Elevadas cifras de recursos públicos foram transferidas para o setor privado, em detrimento de investimentos em infraestrutura das escolas públicas, expansão da oferta educacional, aquisição de materiais pedagógicos diversificados e valorização dos profissionais da educação. Os SPEs, com destaque para o apostilamento estão presentes em dez SMEs examinadas (52,60% do total), resultando em currículos padronizados, na limitação da autonomia e cerceamento das práticas pedagógicas das escolas/profissionais da educação. Por outro lado, o estudo identificou municípios que não seguem essa tendência, demonstrando que a resistência é possível e necessária para a garantia e defesa de uma educação pública, ofertada por atores públicos, de qualidade e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais. Nova Governança. Mercadores da educação. Parcerias Público-Privadas.

Este trabalho examina a crescente ingerência e atuação de “novos atores políticos privados” ou “atores externos à educação e escola pública” (Palú, 2024) na gestão da educação/escola pública. Buscamos identificar quais são os focos de atuação desses sujeitos, seu *modus operandi* e o montante de recursos públicos destinados à aquisição de produtos/serviços educacionais oferecidos/comercializados pelo setor privado junto às Secretarias Municipais de Educação (SMEs) que integram a Associação dos Municípios do

Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), nos anos de 2023 e 2024.

Os novos atores políticos privados concebem a educação como uma mercadoria/produto/serviço, o que perpassa a concepção de escola como empresa, de estudantes enquanto clientes, pais/famílias como parceiros/clientes/fiscalizadores e, de profissionais da educação como colaboradores (Palú; Petry, 2022). Esses sujeitos se utilizam de diferentes rotas e estratégias, o que nos levou a denominá-los como “mercadores da educação”, entendidos como atores/sujeitos privados que comercializam produtos, serviços, conteúdos, ideias-ideários e conceitos no campo da educação.

Conforme Capella (2004) a crescente mercantilização e comercialização da educação tende a reduzir o valor da educação pública, com implicações para a sua função democrática que, no limite, pode ser comprometida e anulada. O autor afirma que a comercialização da educação pode ser observada sob diferentes perspectivas, sendo cada vez mais evidente “[...] a constituição efetiva de um mercado de ‘bens educacionais’. Isso leva a uma forma de McDonaldização da educação, que é tão degradante para o treinamento dos indivíduos quanto o *fast-food* é prejudicial aos hábitos alimentares” (Capella, 2004, p. 116). O mercado escolar promove a segregação e a lógica da comercialização “[...]exerce uma pressão por mudanças na importância relativa dos educadores e da mídia mecânica na produção da educação” (Capella, 2004, p. 166).

Na perspectiva mercadológica, as SMEs são espaços estratégicos e, portanto, estão na rota de atuação de diferentes mercadores, que historicamente promoveram a colonização de continentes/povos. Em nome do lucro, culturas e populações foram submetidas aos interesses do capitalismo em sua fase comercial. Hodiernamente, a ação desses mercadores se reconfigurou e se renovou, de modo que importantes bens públicos — dentre eles a educação —, passaram a ser alvo de sujeitos privados mercantis que atuam em âmbito supranacional, nacional e local.

No Século XXI o novo neoliberalismo também se transfuncionalizou e se reeditou (Palú, 2019). Interpretado como uma racionalidade (Dardot; Laval, 2016) não mais advoga com tanta intensidade a privatização *stricto sensu* (Lima, 2018) de bens/serviços, mas adentra a ossatura do Estado, suas instituições e políticas, de forma que o próprio Estado assume a função de promotor e financiador de mercados (Ball, 2018).

No Brasil, desde os anos 1990, alterações no arcabouço jurídico possibilitaram que educação fosse compreendida como um serviço público não exclusivo do Estado, portanto, novos atores políticos privados passaram a participar de forma direta na elaboração, oferta, implementação e avaliação das políticas educacionais (Palú, 2024), muitas vezes financiados pelo Estado. Como enfatizam Palú e Petry (2022, p. 1224), “Sob o manto neoliberal e seu modelo de governança, esconde-se o caráter da privatização do espaço público”. Dessa forma, foram abertas brechas por meio das quais, novos atores políticos privados foram adentrando as redes de ensino públicas brasileiras.

No tocante à educação/escola pública, “[...] o ‘conteúdo’ pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública” (Peroni; Oliveira, 2019, p. 40). Ao analisar esse processo, Freitas (2018, p. 56) afirma que “[...] o setor público vai sendo asfixiado enquanto a iniciativa privada se desenvolve utilizando o dinheiro público que deveria estar sendo aplicado na expansão da educação pública”.

Uma das estratégias utilizadas pelo setor privado para adentrar a esfera pública é a instituição de Parcerias Público-Privadas na Educação (PPPEs), configurações associadas às Reformas Globais, as quais se converteram em uma espécie de “[...] metanarrativa que está contribuindo para a transformação do setor da educação, particularmente no que diz respeito à gama de atores privados e o concomitante aumento da autoridade privada” (Robertson; Verger, 2012, p. 1146). Estas arquiteturas correspondem à principal estrutura da governança e, seus diferentes arranjos e combinações substituem e são uma alternativa à privatização na sua forma direta (Robertson; Verger, 2012) ou privatização *stricto sensu* (Lima, 2018). Nessa perspectiva, os valores mercadológicos, em especial, a competição, a concorrência, passam a direcionar as políticas educacionais. Por outro lado, pautas e conceitos, como gestão democrática, qualidade, participação são reconfigurados a partir da lógica da nova governança neoliberal mercadológica propagada por esses atores, que modificam a educação/escola pública e seus propósitos.

Ressaltamos que a busca dos dados — que permitiram a identificação dos novos atores políticos privados que estão atuando nas SMEs da região da AMEOSC — foi realizada no portal de transparência desses municípios. Justificamos a escolha da microrregional da AMEOSC para este estudo, pois a análise da micropolítica educacional poderá contribuir para a compreensão da atuação de novos atores políticos privados nesse campo educacional/escolar específico. De acordo com Ball (2020), muitas vezes é interessante seguir a trilha do dinheiro público, ou seja, identificar quais atores privados foram financiados com recurso público e em quais setores esses sujeitos operam.

Constatamos que os dirigentes educacionais dos municípios analisados buscaram contratar/firmar PPPEs para: i) aquisição de SPEs; ii) contratação de assessorias e/ou consultorias; iii) formações para profissionais da educação; iv) serviços de auxílio em prestações de contas, preenchimento de plataformas e programas do governo federal; v) atualizações de conselhos escolares e do projeto político-pedagógico; vi) organização de conferências municipais de educação; vii) organização e estudos de documentos, entre outros.

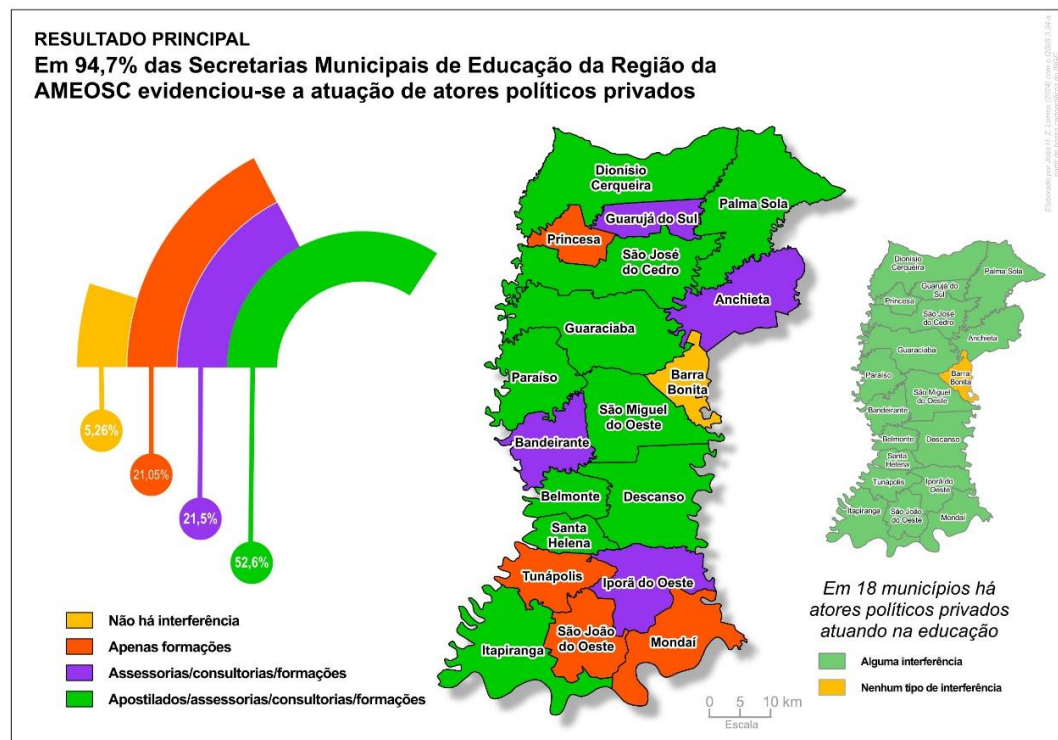
Em relação aos recursos públicos destinados aos novos atores políticos privados, observamos que, dentre as 19 SMEs da região da AMEOSC, dez delas (52,60%) transferiram, no período de 2023 a 2024, um total de R\$ 9.314.700,30 (nove milhões, trezentos e catorze mil, setecentos reais e trinta centavos) para aquisição de SPEs. Conforme Adrião *et al.* (2015, p. 4), a maioria dos SPEs “[...] consistem em uma cesta de produtos e serviços”. Entre os itens

agregados a essa cesta, nas SMEs analisadas estão: apostilas, assessoria pedagógica, consultoria, formação pedagógica, simulados/testes, sistemas informatizados de gestão educacional e escolar.

Também apuramos que 16 SMEs destinaram R\$ 591.185,64 (quinhentos e noventa e um mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) para a contratação de assessorias, consultorias e formação de professores(as), sendo que há um gasto maior em assessorias e consultorias em comparação à formação dos profissionais da educação. Quando somados esses valores o montante chega a R\$ R\$ 9.905.885,94 (nove milhões, novecentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

A Figura 1 destaca em quais municípios há atuação de atores políticos privados e quais seus principais focos de atuação.

FIGURA 1 – SMEs DA REGIÃO DA AMEOSC E ATUAÇÃO DE ATORES POLÍTICOS PRIVADOS NOS ANOS DE 2023 E 2024



FONTE: Os autores (2024) a partir do Banco de Dados da Pesquisa.

É possível observar a presença de atores políticos privados em 18 SMEs da região da AMEOSC (94,7% dos municípios), sendo que, em cinco SMEs (26,5%) do total de dez que contrataram SPEs, a padronização do conhecimento já se inicia na Educação Infantil, com a adoção de apostilas para crianças bem pequenas, quando nem sempre a oferta educacional para esta etapa é universalizada.

Dentre os novos atores políticos privados que estão exercendo a função de “mercadores da educação” — com destaque para os SPEs —, destaca-se a Gráfica e Editora Posigraf Ltda., pertencente ao Grupo Positivo, com sede em Curitiba-Paraná. A empresa foi contratada por seis SMEs para disponibilização do “Sistema de Ensino Aprende Brasil”, cujo pacote é formado por material didático destinado aos alunos, atendimento pedagógico e curso de formação. Também constatamos a atuação da Maxiprint Editora Ltda. (contratada em duas SMEs), Editora FTD S.A (uma SME) e Alpes Distribuidora de Livros (uma SME). Importa destacar que a proposta pedagógica de uma SME deveria ser objeto de debate/construção junto aos profissionais da educação, especialistas da área, pais e responsáveis, passar pelo crivo do Conselho Municipal de Educação e do Poder Legislativo. Esses debates deveriam ser permeados pelos valores democráticos, pelo direito ao contrassenso, o que nem sempre ocorre quando da adoção dos SPEs.

Ademais, a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada tem consequências que não podem ser negligenciadas, como: a falta de recursos para a construção de novas escolas, manutenção das estruturas existentes, (des)valorização da carreira dos profissionais da educação e ampliação da oferta de vagas. Se argumenta que não há dinheiro para pagar um salário decente, para estruturar as escolas, para aquisição de materiais pedagógicos para além do que propõe os sistemas apostilados, enquanto contraditoriamente, enormes cifras de dinheiro público são transferidas para grupos e empresas privadas.

Essa ingerência privada poderia ser amenizada se essas SMEs contassem com profissionais da educação efetivos e qualificados ou com um departamento pedagógico estruturado para atuar na formação de professores(as), na condução coletiva e democrática do planejamento e de práticas pedagógicas bem como no atendimento às demandas de sistemas e plataformas e às necessidades da gestão educacional/escolar, de modo que essas SMEs não precisassem recorrer aos “mercadores da educação” para o desenvolvimento de tais atividades. Ademais, a adoção dos produtos e serviços comercializados pelos mercadores da educação secundariza a função e ação dos educadores das instituições educativas públicas enquanto atores do planejamento, desenvolvimento e avaliação dos processos educativos.

Por fim, constatamos que o neoliberalismo, ao se materializar na realidade educacional de municípios brasileiros de pequeno e médio porte, não é uma abstração ou um mero discurso, ele tem direcionado as práticas e as políticas educacionais. Porém, esses processos, apesar de hegemônicos, não abrangem a totalidade das SMEs da região da AMEOSC. Essa questão evidencia que a resistência é possível e se faz necessária diante da ação dos “mercadores da educação” que pretendem converter a educação pública em um produto ou serviço comercializado a ser direcionado pelo setor privado, seus interesses, valores e concepções.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa *et al.* **Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação.** 2015. 113 p.
- BALL, Stephen John. **Educação Global S.A.:** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2020.
- BALL, Stephen John. Política Educacional Global: reforma e lucro. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-15, 2018. DOI. [10.5212/retepe.v.3.015](https://doi.org/10.5212/retepe.v.3.015)
- CAPELLA, Juan-Ramón. Globalização, o desvanecimento da cidadania. In BURBULES, Nicolas; TORRES, Carlos Alberto (org). **Globalização e Educação. Perspectivas Críticas.** Porto Alegre: Editora Artmed, p. 153-168, 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LIMA, Licínio Carlos. Privatização *lato sensu* e impregnação empresarial na gestão da educação pública. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 129-144, jan./abr. 2018.
- PALÚ, Janete. **Novas formas e modos de governança e a gestão da educação e da escola pública:** enigmas da esfinge neoliberal contemporânea. 2024. 671f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.
- PALÚ, Janete; PETRY, Oto João. Planos de gestão escolar: contradições e disputas na nova política de governança das escolas públicas estaduais de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 1199-1234, 2022b. DOI. [10.21573/vol37n32021.111082](https://doi.org/10.21573/vol37n32021.111082)
- PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 38-57, 2019. DOI. [10.22481/praxis.v15i31.4657](https://doi.org/10.22481/praxis.v15i31.4657)
- ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012. DOI. [10.1590/S0101-73302012000400012](https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400012)

Sites Consultados

Portal da Transparência dos Municípios que compõe a região da AMEOSC